

Entre Comunicação e História: o indiciarismo como metodologia para pesquisas históricas sobre a imprensa

Hérica Lene
Francisca Selidonha

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar o indiciarismo como metodologia para as pesquisas de história dos meios de comunicação ou das mídias, entendendo ambos como parte de um campo mais amplo: história da Comunicação. Nesse sentido, seguimos a caracterização feita por Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann (2008) sobre o campo de estudos da Comunicação em termos de metodologia e pesquisa. Como exemplo de aplicação do método científico de estudos indiciários nesse campo, analisamos a obra *História Cultural da Imprensa Brasil – 1800-1900* (2010), de autoria da pesquisadora Marialva Barbosa. O indiciarismo foi criado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg com base na obra *Mitos, emblemas e sinais* (2009), na qual ele apresenta o paradigma do saber indiciário, inspirado em Sigmund Freud, Sherlock Holmes, o crítico de arte Morelli e muitos outros.

PALAVRAS-CHAVE: História da Comunicação. História dos meios de comunicação. Mídias. Jornalismo. Imprensa. Indiciarismo.

1 Introdução

A história da Comunicação no Brasil vem se consolidando como uma área fértil em pesquisas, sobretudo, neste século. O campo de estudos da Comunicação (principalmente o Jornalismo) tem com a História profunda ligação. Os historiadores recorrem aos registros noticiosos para elaborar suas narrativas, como uma de suas fontes, e os comunicólogos utilizam o conhecimento histórico no desenvolvimento de pesquisas da área. Ao mapear esse campo, Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann (2008, p. 13-26) registram que a Comunicação no Brasil sofre de “presentismo”, pois a maioria das pesquisas realizadas no país privilegia aspectos e problemas relacionados à contemporaneidade: estudos sobre pós-modernidade, globalização, novas tecnologias etc.

Os autores destacam que a análise historiográfica da Comunicação, ou dos meios de comunicação, ainda é relegada a um segundo plano. Mas o interesse por temas históricos da Comunicação tem se apresentando, nos últimos anos, como uma tendência crescente, tanto na Comunicação quanto na História. Na interface dessas duas áreas, a proposta deste artigo é abordar o indiciário relacionado a pesquisas de história dos meios de comunicação ou das mídias, entendendo ambos como parte de um campo mais amplo: história da Comunicação. A questão principal que nos instiga é: o indiciário pode servir como metodologia para os estudos históricos do campo comunicacional?

No desenvolvimento desta abordagem, de perspectiva ensaística, recorreremos a aportes teóricos das duas áreas: Comunicação e História. O artigo tem três partes: uma primeira na qual se discute a definição do campo de história da Comunicação; uma segunda sobre metodologia de pesquisa indiciária; e uma terceira, na qual analisamos a aplicação do indiciário na obra *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900*, de Marialva Barbosa¹.

2 O Campo de história da Comunicação

O campo de Comunicação tem como uma de suas áreas de pesquisa os estudos de história da Comunicação. Mas, antes de pensar como o indiciário pode ser aplicado a esse tipo de estudos, é importante definir melhor o que é história da Comunicação. No texto *História da Comunicação no Brasil: um campo em construção*, os pesquisadores Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann, organizadores da obra *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens* (2008), nos auxiliam nesse sentido. Os autores, ao buscarem caracterizar o campo de estudos históricos da Comunicação, em termos de metodologia e pesquisa, destacam que história da Comunicação e história da mídia (ou

¹ Este artigo, elaborado a partir de levantamento bibliográfico e análise da obra citada, integra o projeto de pesquisa *Memória e História da Imprensa Capixaba*, desenvolvido desde julho de 2010, com o apoio do CNPq, coordenado por Hérica Lene. Entre os objetivos estão o estudo do uso de jornais como fontes históricas e a manutenção e alimentação de um centro virtual de memória da história da imprensa, uma base de dados *online* <www.imprensacapixaba.com.br>, criada em abril de 2011.

dos meios de comunicação) não são exatamente a mesma coisa.

Comunicação é um conceito amplo, que pode englobar todas as formas de interação social, inclusive as comunicações interpessoais. Se a consideramos como produção de sentidos socialmente compartilhados, o conceito quase se confunde com o de linguagem. A história da Comunicação englobaria, além das mudanças dos meios de comunicação propriamente ditas, uma gama de outras possibilidades (estudo das transformações dos sistemas orais, da moda, da Arquitetura etc.) e quase se confundiria com uma história da Cultura (RIBEIRO; HERSCHMANN, 2008, p.16).

Meios de comunicação de massa ou mídias, por sua vez, não se constituem em conceitos abstratos. Os meios são tecnologias que vêm se desenvolvendo e ganhando novos usos em contextos históricos determinados. Estão associados a formas de vida, a organizações sociais específicas. Seu surgimento – a começar pela imprensa – se deu com a modernidade, com a consolidação de todo um conjunto de instituições e formas de organização social (como os estados nacionais, o crescimento do mercado, a industrialização, a urbanização, a secularização) e com a chamada aceleração da história (dinâmica social marcada pela velocidade).

Os autores destacam que podemos pensar na história dos meios de Comunicação como parte de uma disciplina ou campo de estudos mais amplos: de uma história Cultural ou de uma história da Comunicação. Os estudos históricos da Comunicação no país têm sido desenvolvidos por profissionais de diferentes campos disciplinares: historiadores, cientistas sociais, comunicólogos (jornalistas, publicitários ou outros estudiosos da comunicação).

E como o indiciário pode servir como metodologia profícua para os estudos desse campo? É que o discutiremos na próxima seção.

3 Metodología de pesquisa indiciária

Como podemos definir indiciário? O pesquisador que trabalha na perspectiva dos estudos indiciários segue em busca dos vestígios, sinais, sintomas, das marcas na tentativa de desvendar os acontecimentos históricos. Esse tipo de metodologia científica se insere na micro-história e recorre aos mesmos artifícios que o médico ao analisar o paciente e tentar descobrir a doença; o psicanalista que quer desvendar os traumas e acessar o inconsciente. Márcia Rodrigues (2006), na obra *Exercícios de Indiciário*, esclarece que pensadores consagrados como Michel Foucault, Walter Benjamin, Gilberto Freyre, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Mikail Bakhtin, Robert Darton, Peter Burke, Carlo Ginzburg escreveram obras marcadas pelo apreço aos pormenores e à conciliação entre racionalidade e sensibilidade,

e realizaram, em suas obras, pesquisa minuciosa, detalhada e exaustiva, revelando caráter detetivesco. O fio condutor de diferentes obras desses pensadores é a pesquisa indiciária baseada na investigação de microestruturas políticas, econômicas e sociais, de aspectos corriqueiros do cotidiano e da intimidade social, de acontecimentos pequenos na história (RODRIGUES, 2006).

A pesquisa indiciária utiliza, entre outras técnicas, o método indiciário desenvolvido pelo teórico italiano Carlo Ginzburg com base nos estudos realizados no final do século XIX por Giovanni Morelli. O objetivo de Morelli era identificar as falsificações de pinturas famosas utilizando-se de pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia, tais como: os lóbulos de orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés (GINZBURG, 1989). Segundo o autor, os livros de Morelli são insólitos em relação aos outros historiadores de arte porque possuem ilustrações de dedos e orelhas e características minuciosas que identificam um determinado artista como um criminoso é identificado pelas suas digitais: “Qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal.” (GINZBURG, 1989, p.143-144).

Castelnuovo, citado por Ginzburg, aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído a Sherlock Holmes pelo seu criador, Arthur Conan Doyle. “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria.” (CASTELNUOVO apud GINZBURG, 1989, p.145). Para Ginzburg, a Psicologia moderna estaria ao lado de Morelli porque os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal. Segundo ele, Freud, em seu ensaio *O Moisés de Michelângelo* (1914), se referiu ao método usado por Morelli, que na época se identificava com um especialista em arte russo, Ivan Lermolieff. Freud, citado por Ginzburg, afirma:

Creio que o seu método está estreitamente aparentado à técnica da psicanálise médica. Essa também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou “refugos” da nossa observação. (FREUD apud GINZBURG, 1989, p.147).

Ginzburg resume que “[...] pode-se falar de paradigma indiciário ou divinatório, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, o presente ou o futuro [...] e tinha-se a semiótica médica na dupla face, diagnóstica e prognóstica.” Ele destaca ainda que esse é o método não só utilizado e aceito pela sociedade e pelos médicos, ao identificar a doença por meio dos sintomas, mas também em um dos gestos mais antigos da história intelectual do gênero humano pelo caçador “[...] agachado na lama, que escruta

as pistas da presa.” (GINZBURG, 1989, p.154).

4 O Indiciarismo em pesquisas de Comunicação

A produção em história da Comunicação no Brasil tem como uma de suas principais características o predomínio de pesquisas monográficas, centradas em temas bastante específicos (um periódico, por exemplo) ou em determinados períodos de tempo (em geral, não muito extensos), conforme mapearam Ribeiro e Herschmann (2008 p.18-23). Eles destacam, no entanto, que é preciso também haver trabalhos de síntese, que sistematizam, didaticamente, o conhecimento acumulado nas pesquisas específicas e que possam funcionar como subsídio para o desenvolvimento de novas investigações.

Nesse sentido, a obra de referência é *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, publicada pela primeira vez em 1966. Além do livro de Juarez Bahia, *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira* (1990), só recentemente (no impulso das comemorações dos 200 anos de imprensa, que se completaram em 2008) foram publicadas novas obras gerais, como a de Marialva Barbosa (2007 e 2010) e a de Richard Romancini e Cláudia Lago (2007).

Neste artigo, ao abordamos o indiciarismo, optamos por fazer uma análise da obra mais recente de Marialva Barbosa, que é mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutora em Comunicação pelo LAIOS-CNRS, Paris-França, e dedica-se a pesquisas que fazem a interconexão entre História e Comunicação. A análise da obra mostra que a pesquisadora, em sua obra *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900* (2010), faz um passeio investigativo minucioso e criterioso. Ela parte da chegada da família real em território nacional, que, em fuga à iminente invasão de Napoleão Bonaparte de Portugal, inaugurou a imprensa no Brasil, com mais de 300 anos de atraso – já que Johannes Gutenberg criou a prensa de tipos móveis, em meados do século XV, na Mogúncia, Alemanha, sendo rapidamente expandida por toda Europa e chegando, inclusive, ao México poucos anos depois (GIOVANINNI, 1987).

Com a fundação da Imprensa Régia em terras brasileiras, foi também criado o primeiro jornal oficial do país, *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de setembro de 1808. A imprensa chega ao Brasil em meio a um contexto de polêmica, uma vez que três meses antes já circulava no território nacional um jornal, clandestino e opositor à Coroa, produzido em Londres por Hipólito da Costa, chamado *Gazeta Braziliense*.

A trajetória investigativa de Marialva Barbosa nessa obra encerra-se no início do século XX, nas primeiras décadas de

1900, quando surge um leitor ávido por notícias sensacionais, especialmente relacionadas a crimes, uma característica ainda mais marcante na imprensa contemporânea. Logo na introdução do livro pode-se observar a perspectiva indiciarista da autora e que está implícita na linguagem adotada em todo o percurso da obra. Já no primeiro parágrafo ela convida o leitor: “A história só existe no presente porque o passado deixou inscrites, no nosso aqui e agora, vestígios múltiplos que indicam a existência desse passado.” (BARBOSA, 2010, p.11).

A autora ainda reforça a necessidade dessa busca investigativa ao convidar o leitor a “[...] seguir essas pistas para reinterpretar os tempos de outrora tentando captar o espírito de outras épocas.”. Logo em seguida ressalta: “Cabe ao historiador seguir rastros deixados no presente, caminhando por esses traços em direção às imagens do passado.”. Para ela, a imprensa também é pródiga em autorreferenciação, porque:

Produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias do poder. Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido (BARBOSA, 2010, p.11).

Para ela, escrever a história da imprensa não é, certamente, alinhar fatos e datas, nomes e mais nomes, nem destacar os personagens que se tornaram singulares nas construções engendradas no passado para o futuro e que, na maioria das vezes, são tributárias das estratégias de poder (BARBOSA, 2004).

Construir a história da imprensa, em sua visão, requer fazer o mesmo movimento da “escrita da história” (CERTEAU, 1982). É perceber a História como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais em uma cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo – antes e depois (BARBOSA, 2007). Quando se fala particularmente de uma história da imprensa, Barbosa destaca que há que se considerar a noção de sistema, o cerne mesmo das relações comunicacionais. Assim, falar em história da imprensa é falar em processos comunicacionais e das intrincadas relações que se desenvolvem em torno do sistema de comunicação: o percurso que se faz e que vai dos produtores do texto às formas de apropriação diferenciadas das mensagens pelo público (BARBOSA, 2004).

É se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se

produziu, para quem se produziu e que consequências essa produção trouxe para a sociedade. É se referir, igualmente, a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais (BARBOSA, 2004).

A teoria da História é, para Barbosa, um campo fundamental para os estudos de jornalismo pelo fato de a História se preocupar com as razões, as causas e os porquês. Considerar a História não é necessariamente realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise. Nesse sentido, ela destaca que o principal postulado da historiografia refere-se à questão da interpretação: não se trata de recuperar o que de fato ocorre (até porque não pode jamais ser recuperado), mas interpretar – a partir da subjetividade do pesquisador – as razões de uma determinada ação social (BARBOSA, 2005).

Ao analisarmos a obra *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900* verificamos que a autora percorre o mesmo caminho que os pesquisadores indiciaristas, ou seja, sua pesquisa resulta da articulação de princípios e de procedimentos heurísticos centrados nos “[...] detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios, sintomas – segundo a terminologia psicanalítica.” (RODRIGUES, 2006, p. 5).

Rodrigues (2006) define que indícios seriam documentos oficiais e extraoficiais, as fontes secundárias e voluntárias, ou seja, aquelas que o pesquisador busca intencionalmente, e que, se submetidas à análise do discurso, semiótica ou sintomal, podem revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um dado. Ela esclarece ainda que outras fontes podem ajudar nesse processo, aquelas que não foram convidadas a testemunhar na construção das narrativas históricas, as fontes involuntárias, achadas por acaso, não intencionalmente e que, às vezes teimam, insistem e se intrometem na pesquisa:

Nesse caso, o pesquisador terá que lançar mão da conjugação razão e sensibilidade para que as fontes sejam ouvidas e arguidas com criatividade, inteligência e consistência, considerando os atos falhos, as metáforas, as metonímias, os deslocamentos na análise documental (RODRIGUES, 2006, p.6).

Esse método que une razão e sensibilidade esteve presente ao longo da pesquisa investigativa de Marialva Barbosa (2010, p.43-55), quando ela reconstrói as histórias do jornal impresso de 1821, *Conciliador do Maranhão*, especialmente no capítulo *Uma história pelas margens...* A pesquisadora observa as anotações manuscritas de leitores anônimos deixadas em edições do periódico em microfílmes consultados pela autora na Biblioteca Nacional. Depois, no capítulo *Os jornais e o mundo dos escravos*, ela consegue, pela sensibilidade e análise minuciosa de matérias publicadas e gravuras, captar o sentido desse período pré-abolicionista, quando

os escravos começam a se constituir como leitores e participantes anônimos da vida política brasileira. Para Marialva Barbosa:

Falar da relação da imprensa e mundo dos escravos é mostrar não apenas a forma como os periódicos se referem a eles ou realçar os discursos mais ou menos favoráveis à abolição. Também não é somente reconhecer que, sendo objetos discursivos dessa imprensa, têm suas vidas influenciadas por essas falas. Essa relação enseja que se pense nas marcas que eles, como atores e sujeitos da história, também deixam nos jornais. Suas marcas e feridas que ficam expostas nas descrições de anúncios que procuram pelos que reiteradamente se rebelam e fogem do cativeiro, estão contidas nesses periódicos, que se dividem com mais ou menos fervor em favor de sua causa (BARBOSA, 2010, p.80)

A pesquisadora afirma que nos jornais e revistas do período aparecem sub-repticiamente seus rostos e seus corpos. “Massa amorfa, apresentada de maneira indiferenciada como coisa, os homens de cor, os pretos ou as ‘peças’, como chegam a ser referidos nos anúncios.” Ela ainda acrescenta: “[...] vivem em cidades onde as múltiplas sociabilidades permitem misturas que, certamente, fazem com que tomem conhecimento do que aquelas publicações falam a seu respeito.” (BARBOSA, 2010, p.80).

Esse momento de sua obra deixa claro pelas expressões e pela sua narrativa que a autora se comove com essa situação de indiferença aos escravos e que se apropria do texto para denunciar essas condições, mas sempre como muita sensibilidade.

Por meio dos vestígios, vai descobrindo o mundo dos escravos e percebe que eles têm acesso à leitura. Para ela, há indícios que muitos escravos sabem ler ou pelo menos “[...] escutam aquelas notícias que ecoam pelas ruas, praças e casas-grandes.”. Esses indícios estão em várias situações descritas pela autora:

A proximidade que alguns experimentam da casa de seus proprietários – exercendo funções domésticas ou mesmo como escravo de ganho –, ou da cidade, já que circulam por suas ruas, praças e vielas, ou mesmo a função que exercem, leva-nos a buscar indícios de suas leituras de primeira, de segunda ou de terceira natureza e nos permite dizer que não é apenas passivamente que figuram nas páginas das publicações. A venda avulsa de periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, a partir de 1875, se faz com o grito estridente dos filhos dos escravos que apregoam pelas ruas do Rio de Janeiro o novo jornal (BARBOSA, 2010, p. 80).

Marialva Barbosa constata ainda que, quando não há leitura, há um grau de letramento entre muitos desses cativos que habitam as capitais, pois na sociedade de idos de 1870 não há apenas senhores e escravos, como uma interpretação simplista poderia supor: “há escravos de ganho e de aluguel e libertos exercendo profissões especializadas, como as de carpinteiros e pedreiros, o que certamente faz com que lidem, pelo menos, com códigos numéricos.” (BARBOSA, 2010, p. 80). Ela ainda cita que alguns manejavam as prensas tipográficas, o que fazia com que as letras tipográficas fossem parte do cotidiano do trabalho. Havia também os trabalhadores livres nacionais exercendo as mais diversas

profissões, artesãos, comerciários, empregados das indústrias têxteis e os imigrantes europeus. E constata: “No universo das grandes cidades, o contingente de escravos é representativo.” (BARBOSA, 2010, p. 80).

A pesquisadora revela que a voz dos escravos e o seu pensamento, que é produzido pela “[...] compreensão de mundo que efetivamente exercitam”, figuram em um silêncio documental difícil de ser ultrapassado. E acrescenta as dificuldades enfrentadas por eles, e em todo o tempo deixa sobressair aspectos relacionados com o indiciarismo, como as expressões “silêncio documental” e “rastros evidentes”:

A voz dos escravos e o seu pensamento, que é produzido pela compreensão do mundo que efetivamente exercitam, figuram num silêncio documental difícil de ser ultrapassado. Como não são produtores de textos, comunicando-se através das formas orais, sempre silenciosas do ponto de vista da produção de documentos, não deixaram rastros evidentes de como se relacionavam com os impressos e como realizavam suas leituras e apropriações (BARBOSA, 2010, p.84).

A técnica é a mesma usada pelos caçadores dos primeiros agrupamentos humanos, como explica Ginzburg, citado por Rodrigues, cuja investigação era baseada nos indícios, pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. (GINZBURG apud RODRIGUES, 2006, p.10).

Barbosa afirma que somente considerando os “[...] vestígios do passado como possíveis mensagens – e para isso há de haver consciência histórica no presente que tenha disponibilidade para visualizar leituras e interpretações – é que será possível recuperar essa voz”. Para ela, as formas de compreensão do mundo se exercitavam em contato com a sociedade perpassada pelos jornais impressos. Por essa razão: “É preciso uma predisposição, no tempo presente, para pensar os escravos não apenas como objetos, mas como sujeitos históricos que viviam num mundo de múltiplas vozes.” (BARBOSA, 2010, p. 84).

A existência de escravos leitores, segundo a ela, é um acontecimento do passado histórico, que foi esquecido durante décadas. “O passado, sempre contido no presente pelas artimanhas da memória, faz com que se possa, em algum momento de nossa consciência histórica, lembrar aquilo que foi sistematicamente esquecido.” (BARBOSA, 2010, p. 84). A memória, ressalta, é um conceito tecido nas disputas e diálogos com que inúmeros autores, desde o século XIX, tentam dar conta da complexa teorização em torno de uma problemática importante para diversos campos do conhecimento: “História, por outro lado, define-se por ser um campo de conhecimento, uma disciplina, uma prática, uma escrita. Uma escrita com função simbolizadora que permite à

sociedade situar-se, abrindo espaço para o próprio passado.” (BARBOSA, 2005a, p.107).

Falar em memória é, pois, se referir a quatro postulados fundamentais: “memória é ação do presente; enseja necessariamente a ideia de disputas por significações; é produto da dialética lembrar e esquecer, sendo, portanto, lugar de escolhas; e, finalmente, é projeto em direção a um futuro desejado.” (BARBOSA, 2005a, p.107). Morel, citado por Barbosa, afirma que fazendo um balanço histórico das produções que procuram interpretar o grau de letramento ou de leitura escrita dos escravos do século XIX, percebe-se que é pequena na historiografia brasileira a produção sobre os escravos e ex-escravos com o mundo letrado. E narra o caso da jovem escrava Eduarda, que sintetiza como agentes históricos deixaram marcas no papel impresso, como exemplo de leitura de terceira natureza daquela época:

Perambulando pela rua, na manhã de 11 de fevereiro de 1886, com hematomas e feridas abertas no rosto e nos braços, marcas visíveis da tortura que lhe foi imposta por sua dona, Eduarda é abordada por uma senhora que a dissuade a dirigir-se à Chefia de Polícia, aconselhando-a a ir até a redação da Gazeta da Tarde, no centro do Rio de Janeiro, onde estaria mais segura e poderia ser ouvida. O jornal fora fundado pelo líder abolicionista José do Patrocínio, em 1881 (MOREL apud BARBOSA, 2010, p. 86).

Segundo Morel, a escrava e uma outra que ficaram no mesmo cativo, receberam assistência médica, para que curassem os ferimentos, mas antes foram conduzidas ao juiz da 2ª Vara Civil. Patrocínio divulgou na imprensa os acontecimentos. “Eduarda não sabe ler, mas fora capaz de compreender quando a senhora que a abordou sugeriu que se dirigisse à redação do jornal de propriedade de José do Patrocínio.” (MOREL apud BARBOSA, 2010, p. 86). Barbosa destaca o simbolismo e a importância das letras impressas nessa sociedade, representados pelos periódicos que a acolheria: “Eduarda realiza nesse momento a leitura de terceira natureza.” (BARBOSA, 2010, p. 87).

A pesquisadora destaca que o caso das duas escravas que estavam sendo torturadas até a morte, por uma senhora abastada, amante de um rico comerciante, tinha todos os ingredientes que podem interessar o leitor: “a tortura contra indefesos, a situação de penúria e indigência das vítimas e o poderoso contra o fraco.” (BARBOSA, 2010, p. 87).

Outro exemplo interessante citado por ela é do número de 15 de outubro de 1887 da *Revista Ilustrada*. Trata-se da imagem que reproduz uma cena da leitura dos escravos. Sob a legenda “um fazendeiro também fez uma descoberta que o deixou embatucado! Um escravo lia no leito para seus parceiros ouvirem um discurso abolicionista do Conselheiro Dantas.” Aparece um cenário rural, onde 11 escravos formam uma roda: no centro um deles segura

um jornal. O título do periódico é “O paíz”. Segurando a primeira página, um lê. Os outros – sete homens, duas mulheres e uma criança –, escutam boquiabertos. “Apoiam-se nas enxadas e fazem o mais absoluto silêncio. Escutam com atenção as palavras que do mundo impresso invadem o mundo oral.” (BARBOSA, 2010, p. 105-106). A cena mostra que, mais do que uma prática de leitura, a possibilidade de os escravos serem leitores dos jornais. Leitores de primeira natureza como aqueles do centro da roda, leitores de segunda natureza como aqueles que ouviam. A cena indicava:

[...] apesar do silêncio reiterado de décadas sobre as práticas desses sujeitos em relação a sua ação naquele mundo, vez por outra, aparece uma imagem, uma indicação, uma figuração, um resto, um rastro, um vestígio mostrando que existe, de fato, muito mais correlação entre imprensa e escravidão do que poderíamos, a princípio, supor (BARBOSA, 2010, p.106).

Gizburg (1986, p.177) afirma: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.”. Nesses exemplos analisados da obra de Marialva Barbosa, ficou claro que a autora utilizou o indiciário para desvendar as zonas nebulosas, ao usar as informações às margens dos periódicos ou ao reconstruir o papel importante deles no período do Império e, principalmente, reconstituir a participação dos escravos no mundo dos letrados por meio de leituras de primeira e segunda natureza, além da descoberta desses jornais como fonte de denúncia de maltratos. Por meio da associação “sensibilidade e razão” que o paradigma indiciário apresenta, é possível uma aproximação maior com o nosso passado histórico, de forma mais vibrante e verdadeira.

A pesquisadora encerra seu livro afirmando de forma indiciária que: “[...] o leitor é parte fundamental na construção desse texto. Procuramos seguir suas pegadas, em traços que deixam registrados e que o tempo vai apagando paulatinamente.” (BARBOSA, 2010, p.253). Ela ainda reforça essa ideia, acrescentando:

Recuperar a face dos leitores do passado, também, não é tarefa fácil. Mas eles deixaram inúmeras marcas que podem remeter às formas como se relacionavam com os textos e, sobretudo, ao entendimento que faziam e produziam a partir daqueles textos (BARBOSA, 2010, p.253-254).

Essas marcas estariam “[...] escritas de muitas maneiras e através de muitos gestos.”. E ela complementa falando das fontes no qual perscrutou essa busca, que podem estar sob a forma manuscrita, escrita à margem das publicações, indicando uma leitura atenta, “[...] uma leitura que vai e volta [...]”, na tentativa de descortinar conceitos e entender o mundo, como também podem estar “[...] no silêncio que se produziu sobre alguns leitores do passado.” (BARBOSA, 2010, p.253-254). Leituras múltiplas, plurais, de primeira, de segundo, de terceira natureza

dão vida aos periódicos que surgem e desaparecem ao longo do século XIX no Brasil.

5 Considerações finais

O campo da história da Comunicação no Brasil vem se consolidando como uma área fértil em pesquisas, sobretudo, neste século. Na interface das duas áreas – Comunicação e História –, a proposta deste artigo foi abordar o indiciário como metodologia para as pesquisas de história dos meios de comunicação ou das mídias, entendendo ambos como parte de um campo mais amplo: história da Comunicação. O pesquisador que trabalha na perspectiva dos estudos indiciários segue em busca dos vestígios, sinais, sintomas, das marcas na tentativa de desvendar os acontecimentos históricos.

Nesta abordagem, tomamos como exemplo a obra *História Cultural da Imprensa – Brasil 1800-1900*, de Marialva Barbosa, cuja análise mostrou a proximidade com o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Verificamos que o indiciário pode ser útil às pesquisas de história dos meios de comunicação ou das mídias.

A análise mostrou que a autora percorre o mesmo caminho que os pesquisadores indiciaristas, ou seja, sua pesquisa resulta da articulação de princípios e de procedimentos heurísticos centrados nos detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios e sintomas.

Between Communication and History: the “indiciário” as methodology for historical research on the medias

ABSTRACT

This article has as objective to approach the “indiciário” as methodology for the research of History of the Medias, understanding as part of a ampler field: History of the Communication. In this direction, we follow the characterization made for Ana Paula Goulart Ribeiro and Micael Herschmann (2008) on the field of studies of the Communication in terms of methodology and research. As example of application of the scientific method of studies about “indiciário” in this field, we analyze the workmanship *História Cultural da Imprensa Brasil – 1800-1900* (2010), of authorship of the researcher Marialva Barbosa. The “indiciário” was created by the Italian historian Carlo Ginzburg on the basis of the work *Mitos, emblemas e sinais* (2009), in which it presents the paradigm of knowing of the “indiciário”, inspired by Sigmund Freud, Sherlock Holmes, the critic of Morelli art and many others.

KEYWORDS: Communication – History. Medias – History. Journalism. Press. “Indiciário.”

Entre la Comunicación y la Historia: el indiciarismo como metodología para la investigación histórica sobre los medios

RESUMEN

Este artículo tiene tan objetivo para acercarse al indiciarismo como la metodología para la investigación de la historia de los medios, entendiendo como parte de un campo más amplio: Historia de la comunicación. En esta dirección, seguimos la caracterización hecha para la Ana Paula Goulart Ribeiro y Micael Herschmann (2008) en el campo de los estudios de la comunicación en términos de metodología y la investigamos. Como ejemplo del uso del método científico de indiciário estudio en este campo, nosotros analizan la ejecución História Cultural da Imprensa Brasil – 1800-1900 (2010), de la investigadora Marialva Barbosa. El indiciarismo fue creado por el historiador italiano Carlos Ginzburg en base de la ejecución los Mitos, emblemas e sinais (2009), en los cuales presenta el paradigma de saber indiciário, inspirados por Sigmund Freud, Sherlock Holmes, el crítico del arte de Morelli y muchos otros.

PALABRAS CLAVE: Comunicación – Historia. Medios – Historia. Periodismo. Prensa. Indiciarismo.

Referências

- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica:** história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. [Anais...] Florianópolis, abril de 2004. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo
- _____. **História cultural da imprensa – Brasil – 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. **História cultural da imprensa – Brasil 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. Jornalismo e a construção de uma memória para sua história. In: BRAGANÇA, Aníbal ; MOREIRA, Sônia Virgínia (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo: Intercom, 2005a. p.102-111.
- _____. O que a História pode legar aos estudos de Jornalismo. **Contracampo:** revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, Niterói, n. 12, p. 51-63, 1. sem. 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.
- GIOVANNINI, Geovanni. **Evolução na Comunicação:** do Sílex ao Silício. 2.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1987.
- GINZBURG, C. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 143-171.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart ; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e História:** interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- RODRIGUES, Márcia (Org.). **Exercícios de Indiciarismo.** Vitória: Programa de História Social das Relações Políticas da UFES, 2006. (Coleção Rumos da História)
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da imprensa no Brasil**.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Hérica Lene

*Doutora em Comunicação e Cultura Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

*Mestre em Comunicação Universidade Federal
Fluminense (UFF).*

*Professora do curso de Comunicação da
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
(UFRB).*

E-mail: hericalene@pesquisador.cnpq.br.

Francisca Selidonha

*Mestre em História Social das Relações Políticas da
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).*

*Especialista em Estratégias em Comunicação
Organizacional, Faculdade Cândido Mendes de
Vitória*

*Professora da Pós-graduação MBA em
Comunicação Integrada e Novas Mídias e de Artes
Cênicas do Centro Universitário Vila Velha (UVV/
ES).*

E-mail: franciscasp@hotmail.com

Recebido em: 06/02/2012

Aceito em: 24/05/2012